

**ATA DA OCTOGÉSIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos dezessete dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e cinco minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Bom dia, deputado Junior Mochi, deputado e ex-governador Zeca do PT e aos deputados da Mesa Diretora. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para fazer a leitura da ata da sessão anterior. **PEQUENO EXPEDIENTE.**

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores deputados, deputadas, público aqui presente no Plenário da Assembleia Legislativa e todos aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. “Ata da Octogésima Segunda Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul – Estado do Pantanal. Aos dezesseis dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Noventa e Seis da Octogésima Primeira Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 251/2025, do Ministério da Educação; Ofício nº 693/2025, da Confederação Nacional da Indústria; e-mails da Ouvidoria Senai; e-mail da Universidade Federal da Grande Dourados – Coordenadoria de Cultura; Ofício nº 142/2025, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 66/2025, da Defesa Civil de Mato Grosso do Sul; e-mail da Associação de Avicultura de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 81/2025, da Motiva Pantanal. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Lia Nogueira, Mara Caseiro, Pedro Kemp, Paulo Corrêa, Paulo Duarte, Roberto Hashioka, Pedrossian Neto e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes, Caravina, Renato Câmara, Gleice Jane, Jamilson Name e Marcio Fernandes. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra a deputada Lia Nogueira. **ORDEM DO DIA** – Foi aprovado, em redação final e votação nominal, o Projeto de Lei nº 72/2024, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Resolução nº 34/2025, de autoria do Gerson Claro. Foi pedido vista pelo deputado João Henrique do Projeto de Resolução nº 31/2025, de autoria do deputado Roberto Hashioka. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 197/2025, de autoria do Poder Judiciário. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada ao senhor Willian Girassol, pela sua posse como membro da Academia Sul-Mato-Grossense de Letras (ASL), em reconhecimento à sua destacada contribuição para a literatura, a cultura e a valorização da identidade sul-mato-grossense; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Lia Nogueira, endereçada à Seleta Sociedade Caritativa e Humanitária, pelo

*aniversário de cinquenta e sete anos de fundação, comemorada no dia 27 de agosto de 2025; indicações, de autoria dos deputados Renato Câmara, Gleice Jane, Lucas de Lima, Junior Mochi e Paulo Corrêa. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezesseis de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco”. Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para fazer a leitura do expediente.

PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária do dia 17 de setembro de 2025: Ofício nº 63/2025, do Ministério da Agricultura e Pecuária, respondendo à moção de agradecimento do deputado Gerson Claro (Prot. nº 2885/2025); e-mail de Luís Lima, respondendo à moção de pesar do deputado Roberto Hashioka (Prot. nº 2647/2025); Ofício nº 1.141/2025, da Agência Municipal de Habitação e Assuntos Fundiários de Campo Grande, respondendo à indicação da deputada Gleice Jane (Prot. nº 02582/2025). Senhor presidente, está lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Pela ordem de inscrição, com a palavra o deputado Paulo Corrêa.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, peço permissão para fazer a indicação aqui da Mesa Diretora.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Permissão concedida.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Senhor presidente, no fim de semana estivemos na querida cidade de Cassilândia para a realização do Circuito de Canoagem. Esse evento só foi possível graças ao trabalho conjunto com o prefeito Rodrigo — Vossa Excelência me ajudou bastante nisso —, a vice-prefeita Sumara Leal, o vereador Peter Saimon e o apoio do nosso governador Eduardo Riedel. Muitas regiões do nosso estado ainda são pouco conhecidas. Por isso, quero aproveitar este Pequeno Expediente para solicitar a exibição de um vídeo do Circuito de Canoagem de Cassilândia. Apresento também uma moção de congratulação e proponho que seja instituído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Mato Grosso do Sul o “Dia da Canoagem de Cassilândia”. Poucos sabem que o rio Aporé, que divide Mato Grosso do Sul de Goiás, possui uma cachoeira que permite a prática da canoagem. Tivemos, inclusive, a participação de atletas nacionais nesse circuito realizado em Cassilândia. Quero parabenizar o prefeito Rodrigo, a vice-prefeita Sumara Leal, o vereador Peter Saimon e agradecer ao governador Eduardo Riedel, que viabilizou a realização do evento. Reitero o pedido para a exibição do vídeo da cachoeira, pois ele mostra com clareza a riqueza natural desse lugar. Trata-se de um espaço ainda pouco explorado, embora já conhecido por alguns colegas desta Casa, como a deputada Mara Caseiro, o deputado Junior Mochi e o deputado Zeca do PT, ex-

governador. Desejo, inclusive, propor a criação de um marketing internacional de “Cassilândia Falls”, inspirado na “Niagara Falls”, dos Estados Unidos, para valorizar ainda mais essa beleza natural. Com essa iniciativa do prefeito Rodrigo, da vice-prefeita Sumara Leal e do vereador Peter Saimon, pretendemos incluir o evento no Calendário Oficial de Eventos de Mato Grosso do Sul, por vontade do governador Eduardo Riedel. Muito obrigado, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Obrigado, Rodolfo.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, estou aguardando a assessoria trazer aqui meus expedientes do dia. Peço para substituir e deixar por último. Entretanto, eu queria apenas... Deputado Pedro Kemp, eu pedi para a minha assessoria contatar a sua assessoria para que, no dia 30 de setembro, seja realizada uma reunião, convidando as operadoras e o pessoal da Sejusp, sobre a questão dos números 190 e 192. Daqui a pouco volto a inverter a ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro... Imagem federal.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Com a graça de Deus, em nome daquele poderoso Jesus. Bom dia, aos nobres deputados, deputadas e a todos que aqui se fazem presentes. Ontem, senhor presidente, não consegui fazer a leitura de uma indicação e gostaria de fazê-la hoje. Trata-se de uma indicação ao diretor da Regional Centro-Oeste da empresa Vivo (Telefônica Brasil), senhor Enos Kuhlmann, com cópia à gerência regional da empresa em Mato Grosso do Sul, solicitando a adoção de providências para a melhoria do serviço de telefonia móvel e internet no município de Costa Rica. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo vereador Magno dos Santos Almeida, da Câmara Municipal de Costa Rica. Ao longo dos anos, moradores, comerciantes, produtores rurais e demais usuários do serviço de telefonia móvel e internet no município têm enfrentado sérias dificuldades relacionadas à qualidade e à estabilidade do sinal oferecido na localidade. A deficiência na cobertura de sinal, tanto para chamadas de voz quanto para o acesso à internet móvel, compromete diretamente o cotidiano da população local. Tais limitações afetam não apenas a comunicação pessoal e profissional dos cidadãos, mas também prejudicam setores essenciais, como saúde, segurança, educação e comércio, que dependem fortemente de conectividade estável para funcionarem adequadamente. Esse é um pedido do vereador Magno, e esperamos que a operadora Vivo possa melhorar o sinal em Costa Rica. Também, senhor presidente, apresento uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Turismo, Esporte e Cultura, senhor Marcelo Miranda, e ao diretor-presidente da Fundação de Desporto e Lazer (Fundesporte), senhor Paulo Ricardo Martins Nunes, solicitando a destinação de recursos para a construção de um parque público poliesportivo e recreativo

na região do Monte Sião, abrangendo os bairros Jardim Maracanã, Pelicano, Canaã 1, Santa Maria e adjacências, no município de Dourados. Essa é uma indicação do vereador Dil do Povo (Adilson Freitas), da Câmara Municipal de Dourados. Apresento também, senhor presidente, uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao defensor público-geral do Estado, doutor Pedro Paulo Gasparini, solicitando a destinação de recursos orçamentários e a adoção das providências necessárias para a construção de uma sede própria da Defensoria Pública Estadual no município de São Gabriel do Oeste. Essa indicação atende a um pedido formulado pelos vereadores Valdeci Malacarne, Ramon, Ana Moreira e Rose Procópio, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste. Ainda, uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura, senhor Guilherme Alcântara, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos (Agesul), senhor Mauro Azambuja, solicitando a execução do serviço de levantamento da estrada que dá acesso à comunidade quilombola de Santa Teresa, localizada no município de Figueirão, bem como que seja incluída no planejamento do Estado a execução de obras de pavimentação asfáltica para beneficiar a referida comunidade quilombola. Essa indicação é um pedido formulado pelos vereadores Rones e Kelly, da Câmara Municipal de Figueirão. Por último, senhor presidente, uma indicação ao nosso governador Eduardo Riedel, com cópia ao diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural (Agraer), senhor Washington Willeman de Souza, solicitando a destinação de recursos para a construção da sede da Associação do Assentamento Guanabara, localizado no município de Amambai, com o objetivo de oferecer à comunidade local um espaço apropriado para a realização de reuniões, atividades de capacitação e organização das demandas coletivas das famílias assentadas, promovendo, assim, maior integração comunitária e o fortalecimento da agricultura familiar. A presente indicação atende a um pedido formulado pelo vereador Jota Roberto, da Câmara Municipal de Amambai. É o que eu tinha, senhor presidente. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, senhores assistentes, público presente e, chegando agora, o prefeito de Glória de Dourados, Júlio Buguelo. Seja bem-vindo à nossa Casa de Leis, assim como todos os demais presentes e aqueles que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Senhor presidente, trago um projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de exibição de informe publicitário contendo advertência — antes das sessões nas salas de cinema do Estado de Mato Grosso do Sul — contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes. Artigo 1º – Ficam as empresas exibidoras de cinema obrigadas a divulgar, antes das sessões, nas salas de cinema do Estado de Mato Grosso do Sul, filmes publicitários de advertência contra a prática do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Parágrafo único – A divulgação será obrigatoriamente realizada, anualmente, no mês de maio, durante todas as sessões, em alusão ao Maio Laranja, mês dedicado ao combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes, instituído pela Lei

Estadual nº 5.118, de 26 de dezembro de 2017. Artigo 2º – Os filmes publicitários a serem exibidos deverão ser produzidos e/ou previamente aprovados pelo órgão estadual competente, devendo conter, obrigatoriamente, a indicação dos canais oficiais de denúncia, com vistas a incentivar sua utilização pela população. Artigo 3º – O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades: I – Advertência, quando da primeira autuação da infração; II – Multa, quando da segunda autuação, no valor de cem Uferms (cem Unidades Fiscais de Referência de Mato Grosso do Sul), dobrando a cada caso de reincidência. Parágrafo único – Os recursos provenientes do pagamento das multas serão destinados ao Fundo Estadual para a Infância e Adolescência (Feinad/MS). Artigo 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Senhor presidente, o presente projeto de lei visa contribuir para a prevenção e o combate ao abuso e à exploração sexual de crianças e adolescentes em Mato Grosso do Sul, utilizando as salas de cinema como meio de conscientização e divulgação de informações essenciais sobre o tema. A escolha do cinema como canal de veiculação se fundamenta na grande diversidade de público que frequenta esses espaços, tornando-o eficiente para disseminação de informações e ações de prevenção. Estima-se que a divulgação sistemática de informações educativas e de canais de denúncia contribua significativamente para a identificação de situações de risco e para o fortalecimento de uma cultura de proteção e respeito às crianças e adolescentes. Diante disso, contamos com o apoio dos deputados estaduais para aprovação deste projeto de lei, essencial para a defesa e a garantia dos direitos das crianças e adolescentes sul-mato-grossenses. Senhor presidente, o Governo do Estado, por meio da Assessoria de Comunicação, já produz materiais publicitários, filmes e campanhas incentivando a denúncia da exploração sexual de crianças e adolescentes. Portanto, não haverá custo adicional para a criação desses conteúdos. O que este projeto de lei propõe é apenas tornar obrigatória a exibição dessas campanhas educativas nas salas de cinema. Acredito que essa medida contribuirá de forma significativa com a Lei Estadual nº 5.118/2017, que já atua no combate ao abuso e à exploração sexual. Senhor presidente, trago também uma indicação para que seja encaminhado expediente ao governador Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, Guilherme Alcântara, e ao prefeito municipal de Dourados, Marçal Gonçalves Leite Filho, solicitando prioridade nas ações de recapeamento asfáltico no bairro BNH Quarto Plano, diante da grave deterioração viária que afeta a mobilidade e a segurança da população. Esse é um pedido que vem da comunidade do bairro BNH IV. A obrigação principal é do prefeito municipal, mas o pedido também vai ao secretário de Estado de Infraestrutura, porque se trata do município de Dourados e da necessidade de recapeamento asfáltico no bairro. Trata-se, portanto, de uma indicação para que o prefeito Marçal possa avaliar essa situação, contando com o apoio do secretário de Infraestrutura. Assim, o apoio do Estado pode ser incluído dentro do Programa MS Ativo Municipalismo, para que esse bairro receba o recapeamento asfáltico, em razão da deterioração do pavimento naquela região. Trago também, senhor presidente, um requerimento. Tivemos recentemente uma notícia veiculada em jornal de circulação digital sobre recursos, que estariam parados, no Fundo de Segurança, na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp). A matéria foi divulgada e, quando isso acontece, nós, profissionais da segurança pública, sofremos questionamentos — seja por eu ser delegado de polícia, seja por ser vice-presidente da Comissão de Segurança. A reportagem detalha

que, no ano de 2024, foram recebidos quarenta e um milhões de reais no Fundo de Segurança Pública e que esses valores não foram aplicados. Relata ainda que, dos quarenta e um milhões, recebidos em 2023, apenas oito milhões e cem mil reais foram investidos, permanecendo saldo em conta durante dois anos. É uma informação que chama atenção. Para termos certeza de que a denúncia feita pelo jornal é verdadeira, nada melhor do que um requerimento ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, para que possa nos informar: 1 - Qual o montante de recursos recebidos pelo Estado, oriundos do Fundo Nacional de Segurança Pública, em cada exercício desde 2021, discriminando valores já aplicados e valores ainda não utilizados? 2 - Qual o saldo atualmente existente em conta vinculada ao fundo, especificando a data de recebimento e o tempo em que cada parcela permanece sem execução? 2 - Quais os motivos que levaram à não utilização de parte desses recursos desde 2021? 3 - Em quais projetos e ações esses valores estavam originalmente destinados e quais permanecem pendentes de execução? 4 - Há previsão de remanejamento ou redistribuição de valores não utilizados? Reitero: a informação sobre os recursos parados em conta veio de um jornal de circulação. O requerimento tem como objetivo que o secretário nos informe oficialmente, para que possamos defender o Estado e a Sejusp junto aos profissionais de segurança e à população, que nos questiona se a notícia veiculada é verdadeira e por que estaria ocorrendo essa paralisação de recursos. Senhor presidente, era só isso por hoje. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero apenas reforçar o convite a Vossa Excelência e — a partir de Vossa Excelência como presidente — aos nobres deputados desta Casa. Na segunda-feira, conforme já solicitado neste Plenário, a partir das 9h, teremos a confirmação da presença da ministra Simone Tebet, do presidente do Incra e do ministro da Agricultura Familiar, para um debate sobre os investimentos necessários à reforma agrária e à agricultura familiar em nosso Estado. O objetivo é sentar de forma pacífica, como propõe o presidente Lula, para ampliar as ações da reforma agrária e fortalecer a agricultura familiar em Mato Grosso do Sul. Quero, a pedido dos movimentos sociais, da Superintendência do Incra e do MDA, reforçar este convite a Vossa Excelência, senhor presidente, até porque, além da presença da ministra Simone Tebet, do presidente do Incra e do ministro da Agricultura Familiar, recebi a informação de que o governador também já confirmou presença nesse debate importante. Segunda questão, senhor presidente, e peço pela ordem: reiteradas vezes tenho acompanhado pela mídia, principalmente em entrevistas de rádio, o posicionamento do ex-governador Reinaldo Azambuja. Não há problema algum — faz parte da democracia —, ele fez a sua opção pelo extremismo de direita, alinhando-se ao bolsonarismo do estado. Mas o que eu não posso admitir é que o ex-governador do estado continue mentindo, agredindo, inventando e acusando indevidamente o presidente Lula. Assisti, agora de manhã, a uma entrevista do Reinaldo, em um dos programas de rádio, em que acusava Lula de ser o responsável pelo desvio do INSS dos aposentados, quando, na verdade, a própria CPMI mista está

concluindo que isso começou lá atrás. Segundo: acusa o ministro Alexandre de Moraes de processar e condenar injustamente o ex-presidente Bolsonaro. Quero comunicar a esta Casa que juntei tudo isso e encaminhei, ainda hoje de manhã, ao gabinete da ministra Gleisi Hoffmann e ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, pedindo que tomem providências no sentido de exigir do ex-governador Reinaldo Azambuja as explicações e provas a respeito das acusações que tem feito. Não é justo, não é correto, que Reinaldo Azambuja tente, na marra, se colocar como liderança da direita, fazendo acusações da forma como tem feito. Ele vai ter que responder pelas acusações que fez. Agora, senhor presidente, as minhas indicações e requerimentos. Indicação à senhora prefeita do município de Campo Grande, Adriane Lopes, com cópia ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito (Agetran), solicitando a instalação, com urgência, de duas lombadas (quebra-molas) na rua Lindoia, próximo ao cruzamento com a avenida São Nicolau, no bairro Vila Nasser. Este expediente tem base em pedidos de moradores da Vila Nasser, que relatam inúmeros acidentes no cruzamento das duas vias mencionadas, sendo, portanto, de grande importância o atendimento urgente dessa demanda. Solicito a reserva do Plenarinho da Assembleia para o dia 15 de outubro, quando realizaremos, na Comissão Permanente da Agricultura Familiar, Indígenas e Quilombolas, uma reunião muito importante com as superintendências do sistema financeiro do nosso estado. Estarão sendo convidados — ou convocados — o superintendente do Banco do Brasil, da Caixa Econômica e das cooperativas que operam com o Pronaf, além do MDA, do Incra, da Agraer e do Governo do Estado. Não é correto o que os bancos estão fazendo com o Pronaf e com o agricultor familiar. O dinheiro está disponível na rede bancária, mas os gerentes têm negado financiamento para poderem atender apenas os grandes fazendeiros deste Estado. Eu vou exigir, como presidente da Comissão, que os bancos mudem seu comportamento, respeitem o agricultor familiar e permitam que ele possa acessar os recursos disponibilizados pelo Pronaf. Por último, senhor presidente, encaminhei — apenas para noticiar — um requerimento solicitando informações acerca da regulamentação do “Selo Verde”, aprovado nesta Casa como Selo da Agricultura Familiar. Foi criada uma comissão de trabalho, que já está realizando reuniões, e deverá encaminhar à Assembleia, ainda no terceiro trimestre deste ano, a regulamentação da certificação do “Selo Verde da Agricultura Familiar” no nosso Estado. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Muito bom dia, presidente, nobres pares e público que nos acompanha neste Plenário, pela TV Alems e Rádio Alems. Eu trago aqui hoje, presidente, algumas indicações, a primeira delas endereçada à senhora Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas; à senhora Joenia Wapichana, presidente da Funai; ao senhor governador Eduardo Riedel; e ao senhor Jaime Verruck, secretário de Estado de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, solicitando a viabilização de recursos e o apoio técnico para aquisição de implementos para tratores de peças de grade de quatorze discos, incluindo oito mancais, destinados à comunidade indígena Te'yí Kue, localizada no município de Caarapó. Essa comunidade tem na

agricultura uma das principais formas de sustento, geração de renda e fortalecimento de sua autonomia. O cacique da Aldeia Te'yí Kue nos procurou no escritório em Dourados, na semana passada, e expôs essa preocupação quanto à produção agrícola dos povos originários daquela localidade, pois muitas famílias estão sem condições de produzir, já que não dispõem do mínimo em insumos e equipamentos agrícolas. Por isso, estamos apresentando essa indicação. Na mesma oportunidade, também tivemos uma conversa com o cacique e hoje apresentamos outra indicação à ministra dos Povos Indígenas, à presidente da Funai, ao Governo do Estado e à prefeita de Caarapó, professora Lourdes Portugal, solicitando a viabilização de recursos para implantação de iluminação pública em pontos estratégicos dessa comunidade, abrangendo principalmente a escola, os pontos de ônibus e as áreas comunitárias de grande circulação da Aldeia Te'yí Kue. A iluminação pública é uma medida essencial para garantir segurança, bem-estar e qualidade de vida da população indígena, cuja ausência tem dificultado muito o dia a dia dos povos originários do município de Caarapó. E, por fim, apresento outra indicação que deve ser encaminhada ao senhor governador Eduardo Riedel; ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de Estado de Infraestrutura e Logística; e ao senhor Marçal Filho, prefeito de Dourados, solicitando a destinação de recursos para obras de pavimentação asfáltica e drenagem em algumas vias do distrito de Vila Vargas, em Dourados. O distrito, que margeia a BR-163, concentra grande fluxo de veículos e possui estabelecimentos comerciais que necessitam de infraestrutura adequada para atender a população local e também os visitantes. A ausência de pavimentação e drenagem compromete a mobilidade urbana, gera constantes prejuízos a motoristas e comerciantes e impacta negativamente a qualidade de vida dos moradores. Essa foi uma solicitação feita pela comunidade do distrito de Vila Vargas, onde estive recentemente para entrega de emendas parlamentares, ocasião em que apresentaram essa necessidade. Pela ordem, presidente. Vou aproveitar este momento para fazer um convite a todos os nobres pares. Na próxima quarta-feira, dia 24, às 14h, no Plenarinho desta Assembleia Legislativa, realizaremos a reunião de abertura dos trabalhos da Frente Parlamentar em Defesa dos Profissionais de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul. Deputado Pedro Kemp, deputada Gleice Jane — que tem levantado fortemente essa bandeira —, e demais parlamentares, reforço o convite. Essa reunião é muito importante: estamos convidando vários representantes das categorias, porque precisamos, de fato, levar essa conscientização e criar políticas públicas, um plano permanente de segurança. Ontem, tivemos um episódio de quebra-quebra na UPA de Dourados e, por pouco, pacientes e servidores não foram agredidos, sendo obrigados a se trancar no banheiro. Portanto, fica aqui o convite, presidente, estendido a Vossas Excelências. Acredito que será um marco para esta Casa trazer esse debate e, junto ao Executivo, buscar plataformas e políticas públicas para salvaguardar os profissionais de saúde que, todos os dias, estão na ponta salvando vidas. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor Júlio Buguelo, prefeito de Glória de Dourados. Muito obrigado pela presença em nossa Casa. Com a palavra, o deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Bom dia, presidente Gerson Claro, nobres colegas. Quero apenas apresentar algumas indicações ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antônio Carlos Videira, solicitando a possibilidade de disponibilizar novas viaturas para o reforço estrutural da Polícia Civil e da Polícia Militar nas cidades de Alcínópolis, Água Clara, Três Lagoas e Amambai. Além dessas indicações, senhor presidente, também encaminhamos ao Governo do Estado, com cópia ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, indicação sobre a possibilidade de atender a cidade de Angélica, visando à ampliação do atendimento na área da segurança pública [sic]. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, deputadas, senhoras e senhores. Apresento algumas indicações. A primeira, ao senhor Rodrigo Peres Ramos e ao senhor secretário de Estado de Infraestrutura, Guilherme Alcântara de Carvalho, solicitando obra visando à construção de um novo acesso à Indústria de Alimentos Santa Cruz, na altura do KM 7 da rodovia MS-156. Outra indicação, também ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando obra de patrolamento, na rodovia MS-270, no município de Ponta Porã, até o entroncamento da BR-060, no acesso aos municípios de Bela Vista e Jardim. Outra indicação ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando ao Operação Tapa-Buraco na rodovia MS-270, entre o Trevo do Copo Sujo até a Cabeceira do rio Apa, no município de Ponta Porã. Outra indicação, também ao secretário Rodrigo Peres Ramos, solicita a realização de Operação Tapa-Buraco na extensão da rodovia MS-156, no trecho que liga o município de Amambai a Tacuru, onde os acidentes não param de acontecer. Outra indicação, ainda ao senhor Rodrigo Peres Ramos, bem como aos senhores deputados federais e senadores representantes do Estado de Mato Grosso do Sul na Câmara Federal e no Senado, solicitando união de esforços, em gestão conjunta, para a destinação de recursos visando às obras de reforma de toda a estrutura do prédio do Programa Mais Social, bem como a instalação de aparelhos de ar-condicionado e a troca da placa de identificação do referido programa, localizado no município de Guia Lopes da Laguna. Outra indicação, também ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicita a implantação de galeria pluvial e a pavimentação asfáltica em um trecho de quatrocentos metros da rua João de Barro, entre a rua Cláudio Freitas e a avenida Planalto, no bairro Esplanada, município de Dourados. E, por último, também ao doutor Rodrigo Peres Ramos, bem como aos senhores deputados federais, senadores da República e ao senhor prefeito de Dourados-MS, Marçal Gonçalves Leite Filho, solicito, em caráter reiterativo, gestões e a viabilização de recursos federais para a elaboração de projeto e execução da obra de revitalização, com a reforma completa do Centro Poliesportivo e Recreativo (Ceper), do BNH Quarto Plano, no município de Dourados. Era só isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Bom dia, presidente, nobres colegas e público que nos assiste. Venho aqui hoje apresentar uma indicação ao senhor governador Eduardo Riedel, bem como ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, Antônio Carlos Videira, solicitando que enviem esforços para a realização de estudo de viabilidade técnica, visando à criação de uma delegacia especializada para o atendimento e investigação de crimes motivados por discriminação étnico-racial, religiosa, orientação sexual e identidade de gênero, nos moldes das que já existem em outras unidades da federação. Apresento também um requerimento de informação ao senhor prefeito de Dourados, Marçal Filho, bem como ao secretário municipal de Educação, Nilson Francisco da Silva, solicitando informações relativas aos estudantes da Educação Especial no município de Dourados: qual é o número de estudantes da Educação Especial matriculados por ano, nos últimos quatro anos, discriminados por laudo médico e psicopedagógico, tanto em Ceinfs quanto nas demais unidades escolares da rede municipal? Quantos estudantes da Educação Especial encontram-se atualmente matriculados por sala de aula em cada unidade escolar da rede municipal? Quantos estudantes encontram-se em fase de avaliação ou processo de identificação para obtenção de laudos? Todos os estudantes da Educação Especial, devidamente laudados ou em fase de identificação, contam com a presença de professor ou professora de apoio educacional em ambientes escolares? Caso negativo, favor discriminar as unidades em que não há esse acompanhamento. Estamos apresentando esse requerimento porque temos conversado com professores da rede e há uma preocupação muito grande com a Educação Especial. Professores relatam que há muitos estudantes em uma mesma sala da Educação Especial; por outro lado, quando vamos até a comunidade, as famílias reclamam da dificuldade de encontrar médicos na cidade, ou que atendam gratuitamente para a garantia do laudo. Portanto, temos aqui uma pauta que precisa de atenção especial e, por isso, apresentamos alguns requerimentos de informação, para que possamos pensar em novas políticas para a Educação Especial. Venho também apresentar algumas moções de congratulação. Uma delas à equipe responsável pela organização e realização da abertura do espetáculo da artista Liniker, ocorrido no último domingo, dia 7 de setembro, no Projeto MS ao Vivo, no Parque das Nações Indígenas, em Campo Grande. Foi um show belíssimo e importante, porque valoriza as mulheres trans, reafirmando que elas podem estar onde quiserem, além de destacar o trabalho que realizam. Foi um espetáculo grandioso que movimentou muita gente em Campo Grande. Quero, ainda, apresentar uma moção de congratulação à escola em tempo integral Professora Neide Sueli Costa Vieira, pela realização da Feira de Profissões em Foco – Construa sua História, promovida em parceria com a Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul. Outra moção de congratulação vai para Arlane Jorge João e Luana Maria Mafra Siqueira, autoras do curta-metragem premiado na 5ª Mostra Audiovisual do Museu da Pessoa – Vidas Indígenas, realizada em São Paulo. Trata-se de uma produção de um grupo de Douradina, e é muito importante que façamos esse reconhecimento aqui no estado. Também de Douradina, uma moção de congratulação a Aloí, Marcos Teles, Michelle Kaiowá e toda a equipe envolvida na produção do curta-metragem Hendy'a Rapykwere, pela relevância histórica, cultural e social desta obra cinematográfica. Por fim, apresento uma moção de congratulação ao presidente do Diretório Municipal do PT de Rio Brilhante, senhor Victor Hugo Alegre, o mais jovem presidente eleito de um Diretório

Municipal do Partido dos Trabalhadores em Mato Grosso do Sul e o segundo mais jovem do Brasil. Ele foi empossado no último dia 12, e é importante ressaltar que a juventude precisa participar ativamente da política. Essa moção tem também o objetivo de incentivar os jovens a ocupar esses espaços e contribuir para a vida política do nosso estado. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, aqueles que nos prestigiam com suas presenças e aqueles que nos acompanham pela TV Alems, pelas redes sociais e a toda a equipe da imprensa presente em nossa Sessão. Senhor presidente, faço uso da palavra no Pequeno Expediente para a apresentação de um requerimento, uma indicação e duas moções. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, a reserva do Plenário Deputado Nelito Câmara, para o próximo dia 30 de setembro de 2025, às 14h, a fim de realizar, em conjunto com o deputado Pedro Kemp — que também apresentou indicação, tratando da indisponibilidade do serviço 190 em Naviraí — reunião técnica com a presença da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), por intermédio da Cetir, coordenada pelo coronel Meireles, bem como representantes das operadoras de telefonia fixa e móvel Vivo, Claro e Tim e, em especial, a Oi, responsável pela operação do número 190 no estado. Todas serão formalmente convocadas com o objetivo de discutir soluções para a regularização e o funcionamento adequado dos serviços de discagem de emergência. Requer-se, ainda, o serviço de apoio administrativo necessário, em especial cerimonial, sonorização, cobertura da TV Alems, rádio, imprensa e taquigrafia, para assegurar o pleno êxito da reunião. Também, senhor presidente, apresento uma indicação à Mesa Diretora, observadas as normas regimentais, após ouvido o colendo Plenário, para que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora senadora da República Soraya Vieira Thronicke, solicitando recursos para a construção de seis pontos de ônibus cobertos no município de Anaurilândia. O pleito encontra justificativa no anseio da população, que encaminhou o pedido a este gabinete por meio da vereadora Jéssica dos Santos Pereira, conforme ofício e requerimento anexos. Apresento também, senhor presidente, à Mesa Diretora, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, moção de pesar aos familiares e amigos pelo falecimento do senhor Cláudio Luiz da Silva, ocorrido no dia 14 de setembro de 2025, no município de Coxim. Homem simples, trabalhador e respeitado por todos que o conheceram, Cláudio construiu uma vida pautada na honestidade, no esforço diário e no amor à família. Era conhecido por sua generosidade, pela capacidade de cultivar amizades sinceras e por estar sempre disposto a estender a mão ao próximo. Sua trajetória deixa como exemplo a força da humildade, da dedicação e da fé — valores que nortearam sua caminhada. Que a presente moção seja redigida nos termos que se seguem. Ele deixa a esposa Ruth Garcia, os filhos Isadora e Thiago, e os netos Gabriel e Murilo, que foram sua maior alegria e orgulho, além dos pais Atenades Sabino da Silva e Irene da Silva, e os irmãos Carlos Alberto Sabino da Silva, Rosana Colombo, Rosângela Azamore, Gelson Sabino e Roberto da Silva, que hoje lamentam profundamente sua partida, mas guardam

consigo sua lembrança, seus ensinamentos e seu exemplo de vida. E, por fim, senhor presidente, apresento moção de congratulação ao jovem ciclista Pedro Lucas Dourado, atleta de Coxim, que conquistou o título de campeão brasileiro dos Jogos da Juventude, no ciclismo de estrada, consolidando-se como uma das grandes promessas da modalidade. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos termos que se seguem. É só, senhor presidente. Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Eu queria também, senhor presidente, manifestar hoje um sentimento de indignação com a aprovação da "PEC da Blindagem" pela Câmara Federal, por trezentos e quarenta e quatro votos contra cento e trinta e três. A PEC da Blindagem, dentre outros itens, traz um ponto principal: se um cidadão parlamentar for preso em flagrante delito por crime inafiançável, a prisão precisa ser submetida à aprovação da Câmara e do Senado. Isso é um absurdo! É um retrocesso que este país vem enfrentando. Manifesto aqui minha indignação e espero que o Senado Federal tenha um pouco mais de juízo e pense no Brasil como um todo, para que rejeite essa PEC da Blindagem, aprovada hoje na Câmara Federal.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença da senhora Grazielle Shutz, vereadora de Aral Moreira; e do senhor Adilson da Silva Miranda, vereador de Aral Moreira. Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Não há mais oradores inscritos no Pequeno Expediente. Declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: um projeto de resolução (Prot. nº 03438/2025). De autoria do deputado Coronel David: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03478/2025, 03479/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 3439/2025). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 03463/2025); um requerimento (Prot. nº 3461/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: uma indicação (Prot. nº 03435/2025). De autoria da deputada Mara Caseiro: cinco indicações (Prot. nºs 03445/2025, 3450/2025, 03468/2025, 03448/2025, 3443/2025). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma indicação (Prot. nº 03437/2025). De autoria do deputado Neno Razuk: uma indicação (Prot. nº 03500/2025). De autoria do deputado Pedro Kemp: um projeto de resolução (Prot. nº 03467/2025). De autoria do deputado Professor Rinaldo: sete indicações (Prot. nºs 03453/2025, 03449/2025, 03452/2025, 3451/2025, 3447/2025, 3446/2025, 3444/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: quatro projetos de resolução (Prot. nºs 03475/2025, 03473/2025, 3472/2025, 3471/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de resolução (Prot. nº 3436/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: sete indicações (Prot. nºs 03440/2025, 03441/2025, 03442/2025, 03455/2025, 03456/2025, 3457/2025, 3458/2025); um projeto de emenda constitucional (Prot. nº 03459/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: um requerimento (Prot. nº 3454/2025).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, é o seguinte: eu tenho escutado pelas ruas da cidade uns absurdos de um tal tonto chamado Tatá Marques, que tem um programa — mais bobo do que ele mesmo — no qual falou do Vale Gás. E o pior de tudo — depois fui atrás das informações — é que quem banca esse tal tonto são os supermercados Júnior, Pires e Mister, que recebem dinheiro dos programas do governo Lula. Estou encaminhando o vídeo — com as barbaridades que o tal do Tatá falou — ao ministro Wellington Dias, pedindo que convoque os três mercados para conversar com esse idiota que eles bancam, a fim de que ele pare de falar asneiras. É isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, no Grande Expediente, a deputada Mara Caseiro. Deputada Mara Caseiro, Vossa Excelência dispõe de vinte e quatro minutos.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Senhor presidente, eu só gostaria de pedir a Vossa Excelência... Vou usar do meu tempo mais ou menos uns dez minutos e gostaria de poder conceder o restante ao deputado Zé Teixeira, que me pediu os minutos que sobrarem da minha fala. Hoje, o que me traz a esta tribuna é um assunto que nos é muito caro e que muitas vezes dói no fundo da nossa alma. Eu, como mulher, que já fui criança, que sou mãe e avó de três lindos netos, fico estarrecida e muito preocupada quando me deparo com mais uma notícia: moradores botam fogo em casa de suposto estuprador de crianças — de crianças, no plural — na Vila Nasser. E a notícia diz assim: Casa localizada em uma comunidade no bairro Nossa Senhora das Graças, região da Vila Nasser, em Campo Grande, foi queimada por populares após denúncias de supostos abusos contra crianças. O caso é investigado pela Polícia Civil. A viatura foi acionada por volta das 18h dessa terça-feira, para atender uma ocorrência de tumulto, onde aproximadamente cem populares estavam arremessando pedras contra uma residência. Ao chegar ao local, constatou-se uma revolta generalizada, na qual moradores da vizinhança estavam incendiando a residência. Durante a intervenção, a equipe entrou em contato com três mulheres que clamavam por justiça, mães das crianças vítimas de possíveis abusos sexuais. Segundo relato das mães, o vizinho, identificado como Roberto Carlos Rodrigues dos Santos, vulgo Poconé, estaria abusando de suas filhas há algum tempo, porém elas não tinham conhecimento dos fatos. No domingo, dia 14 de setembro, ao notar o nervosismo e comportamento estranho das filhas, tomaram conhecimento dos abusos por meio dos relatos das próprias crianças e registraram boletim de ocorrência na Polícia Civil. No entanto, alegam que não obtiveram retorno do Conselho Tutelar, o que motivou a mobilização da comunidade. A informação se espalhou e, ao tomarem conhecimento dos fatos, lideranças comunitárias tentaram entrar em contato com o possível autor, que fugiu do local, juntamente com a esposa. Revoltados, os moradores atearam fogo na residência, gritando por justiça. Também foi relatado — e isso me causa náuseas, nojo — pela senhora

Franciele, mãe de uma das vítimas, de apenas seis anos, que a esposa do possível autor tentou argumentar dizendo que “passar a mão e dar beijos” não seria abuso, e que a mãe deveria provar as acusações feitas. Gente, que absurdo! Será que essa mulher não é mãe? Será que já imaginou se isso estivesse acontecendo com a filha ou com o filho dela, para simplesmente dizer que beijo não caracteriza abuso? Deputadas Lia e Gleice, é inadmissível ouvir isso de uma mulher. É nojento, é nojento! E aqui trago alguns dados: em 2025, oito em cada dez vítimas de estupro em Mato Grosso do Sul são crianças ou adolescentes. Do total de mil, duzentos e setenta e três casos registrados, quinhentos e trinta e nove vítimas tinham até onze anos e quatrocentas e oitenta e oito tinham entre doze e dezessete anos. Do mesmo levantamento, 64,5% dos estupros ocorreram dentro das residências. Olhem que tristeza! Já em estabelecimentos de ensino e escolas, somaram-se setenta e oito casos — ou seja, dentro de espaços para onde enviamos nossas crianças acreditando que estão protegidas e seguras. Em Campo Grande, nos primeiros seis meses de 2025, foram registrados mil, duzentos e setenta e nove crimes de estupro, sendo oitocentos e quarenta e oito contra mulheres e quatrocentos e trinta e um contra crianças. Em 2024, foram contabilizados duzentos e vinte e seis estupros contra mulheres e mil, novecentos e noventa e quatro contra crianças. E aí eu me pergunto — inclusive conversava hoje em nosso gabinete —: o que fazer diante de tamanho absurdo que estamos vivendo em nossa sociedade? Como proteger essas crianças que estão dentro de casa? Como saber se estão sendo abusadas ou não? Para nós, pais, fica uma interrogação, um desespero, em pensar como estabelecer políticas públicas que nos permitam adentrar esses lares e impedir abusos contra nossas crianças. Nesta mesma matéria, foi dito que o Conselho Tutelar havia sido procurado, mas que não tomou providências. No entanto, não queremos criminalizar o Conselho Tutelar. O Conselho tem trabalhado e buscado conter esse tipo de crime. Mas nós temos que aparelhar, instrumentalizar esses conselhos tutelares, dar-lhes condições de agir no momento em que forem acionados, quando identificarem a possibilidade de ocorrência de abuso. E de que forma? Qualificando os conselheiros tutelares, mas também oferecendo estrutura. Hoje entendo que eles precisam ter, no mínimo, um psicólogo, um assistente social e apoio policial, como temos no Programa Mulher Segura (Promuse). Por que não criarmos um programa da Polícia, da Segurança Pública, que dê condições a esses conselheiros de poder adentrar...? Nós tivemos conselheiros, inclusive, que foram atacados e agredidos lá em Bela Vista. Veio à tona o caso de uma conselheira que foi agredida quando tentava dar suporte a esse Conselho Tutelar. Eu não sei... a gente fica aqui pensando em como fazer, mas nós, como mulheres, eu, como mãe, eu, que realmente defendo a família, defendo as crianças, defendo as mulheres, não posso me calar diante do que estamos assistindo no nosso estado e no nosso País com relação ao abuso. Estamos vendo isso se naturalizar, quando ouvimos de uma mulher — que deveria dizer “eu quero meu marido preso, pagando pelo que ele fez” — que “não, não é nada, é só um beijo, passar a mão”. Meu Deus! Se tem uma coisa que nós, mulheres, prezamos, é pelo nosso corpo; é nossa propriedade. E ver uma criança sendo invadida dessa forma... Então, eu fico aqui refletindo que nós temos que debater e trabalhar políticas públicas para que realmente possamos conscientizar. Levo também para a área da educação: precisamos ter programas que cheguem às escolas, que conscientizem essas crianças, para que elas possam denunciar. Eu entendo que precisamos nos unir em políticas transversais para combater

esse mal que tem tirado o sossego e, muitas vezes, a vida — porque, muitas vezes, chega a tirar a vida de crianças e adolescentes. Isso, para mim, é uma dor que eu nem sei expressar, não consigo expressar. Eu permito seu aparte, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputada, primeiro quero parabenizá-la por esse debate, que considero fundamental. Nós precisamos realmente aprofundar o que leva a sociedade a esses absurdos de violência. A senhora relata aqui o caso de uma mulher que aceita isso com tranquilidade. Eu ousou dizer que é muito provável que essa mulher também tenha sido vítima de violência na infância, na juventude, e que, para ela, houve também um processo de naturalização. Por isso, hoje ela acha normal. Temos hoje um processo de naturalização da violência contra crianças, dentro da sociedade e das famílias. Como a senhora mesma disse, dentro da família é o lugar mais perigoso para as crianças. E nós temos, sim, que defender a família, mas não sob esse viés fundamentalista que existe hoje, esse movimento político fundamentalista que elegeu, inclusive, diversos conselheiros tutelares e que, em muitos casos, legitima situações como essas — ou, diante de algum caso, orienta a família: “Olha, é melhor rezar, ir para a igreja”, como se isso fosse solução para enfrentar a violência. Temos, portanto, um debate muito sério a fazer. E dentro desse debate volto a insistir: precisamos devolver à educação a obrigação de fazer essa discussão com as crianças. Elas precisam saber o que é assédio, precisam reconhecer sinais de violência. E isso se aprende na escola, é na escola que se faz essa discussão. Mas, com a opressão sobre a educação, tenho visto nas escolas, constantemente conversando com professoras, que elas se sentem violentadas pela sociedade e silenciadas. Se não voltarmos a debater e a incentivar a educação, colocando-a novamente em patamar de respeito, como espaço legítimo, teremos dificuldade em enfrentar esse problema. Concordo que a discussão deve estar em todos os setores — na saúde, na segurança pública —, mas o primeiro lugar aonde a criança vai é à escola. E hoje as professoras estão se sentindo violadas em seu direito de exercer com autonomia a sua profissão. Elas têm medo de falar sobre o corpo humano, medo de mostrar a imagem de um corpo nu — de um menino ou de uma menina, para as crianças, mesmo sendo conteúdo pedagógico — porque vem alguém fundamentalista questionar o papel dessa professora. Então, acho que nós precisamos aqui fazer um debate sério sobre esse contexto da educação, para que possamos garantir direitos às crianças. Para isso, a sociedade precisa realmente ampliar esse debate. Parabenizo-a por trazer essa pauta, que nos dói muito. É algo muito sofrido, porque às vezes, eu mesma, cheguei a parar de olhar manchetes de jornais, de tanta dor que sentia, e de como nos sentíamos impotentes diante disso. Nós precisamos, de fato, ampliar essa discussão com a sociedade, criar políticas públicas efetivas. Então, parabéns, e conte conosco nesse debate.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Exatamente isso, deputada Gleice Jane. Precisamos nos aprofundar, precisamos ter um programa, acredito, específico com relação a esse trabalho dentro da educação, para não criminalizar, para não deixar ninguém com medo de falar. Eu acredito que existem várias didáticas, várias formas de levar esse conteúdo às escolas. Por isso, penso que deve haver um programa nacional e estadual para que possamos debater esse tema dentro das escolas, de maneira a realmente alertar

nossas crianças e impedir que a naturalização desse abuso contra elas continue acontecendo. Nós estaremos aqui defendendo, dialogando e buscando políticas públicas para conter todo e qualquer tipo de abuso contra nossas crianças e adolescentes.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda restam seis minutos para a deputada Mara Caseiro. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente, apenas para contribuir, até que o deputado Zé Teixeira inicie.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Deputada Mara Caseiro, só para somar ao pronunciamento de Vossa Excelência. Acabei não pedindo o aparte, mas serei breve, deputado Zé Teixeira. Primeiro, quero parabenizá-la pelo pronunciamento. Acho que todos nós temos que nos envolver nessa questão e apoiar, inclusive, um projeto de lei que apresentamos hoje, que trata da obrigatoriedade, no mês de Maio Laranja, de exibição de filmes institucionais nas salas de cinema, informando os canais de denúncia e apresentando orientações e informações sobre exploração sexual infantil. Isso vai atingir os adultos que frequentam os cinemas e também as crianças, atendendo inclusive ao que disse a deputada Gleice: a importância de orientar nossas crianças sobre o que é abuso e exploração sexual. Utilizar as salas de cinema para isso, creio, vai contribuir muito para a divulgação. Então, apenas para reforçar e, mais uma vez, parabenizar Vossa Excelência pelo pronunciamento.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — sem revisão do orador — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados. Senhor presidente, eu gostaria que Vossa Excelência descontasse este tempo, porque não foi aparte, foi pela ordem. Senhores deputados e deputadas, faço uso da tribuna porque, quando o meu amigo Zeca do PT foi nosso governador, eu, como produtor rural, ajudei a criar o Fundersul. Esse fundo era um recurso urgente, pois já não havia dinheiro para dar manutenção às estradas. Assim, criamos uma contribuição. No início, não havia participação dos municípios nesse percentual da contribuição, porque não era ICMS, e sim considerada uma taxa. Passou-se o tempo e, no término do governo Zeca do PT, houve a necessidade de usar o recurso financeiro até mesmo para pagar compromissos de folha. Eu, então, conversando com o saudoso e excelente deputado Ary Rigo e com o deputado Londres Machado, interferi e disse a eles: “Se for para pegar 25% dessa taxa e passar para os municípios, é muito melhor acabar com o Fundersul.” O que se discutiu na época foi diferente: pegou-se 1% do ICMS do diesel e da gasolina e jogou-se no Fundersul, que nada mais é do que a cota de participação de 25% dos municípios, porque era ICMS. E aí eu entendi isso como justo. Por quê? Se estava dando uma contribuição e se usava parte de 1% do ICMS do diesel e da gasolina, era justo que atendesse os municípios, inclusive com asfaltamento, recuperação e manutenção de vias públicas, já que a maior contribuição do Fundersul realmente vinha do combustível. Hoje, isso terminou. Então, não se desconta mais esse 1% do combustível.

Por quê? Porque veio para o ICMS. Não houve prejuízo de um centavo aos municípios, pois eles recebem os 25% no índice. Mas você liga hoje para os prefeitos e diz assim: “Prefeito, lá no fim do município de Campo Grande tem um lugar em que a patrula quase não vai — tem jovem de dezoito anos que, quando vê a patrula, corre.” Aí você liga para o prefeito, para a prefeita ou para o secretário e ouve: “Não, agora não tem como atender as estradas municipais porque tiraram o Fundersul.” Mas isso não procede, deputado. Meu querido ex-governador Zeca, é o mesmo dinheiro. Só que, em vez de 25% pelo índice de 1% do Fundersul do combustível, está indo 1% a mais para os municípios do ICMS, como é na pecuária. O boi não incide ICMS dentro do estado; a soja não incide dentro do estado; nada do agronegócio incide ICMS na circulação dentro do estado. Então, desse produto é taxa. Só que agora vai cair muito essa taxa, porque os municípios recebem, deputado Junior Mochi, igualmente da agropecuária. Então, um município grande, como Campo Grande, que recebia da agropecuária um percentual e, do diesel, um milhão e setecentos mil reais; agora está recebendo esse valor vindo de ICMS e não de Fundersul, portanto ele é obrigado a fazer as estradas para quem trabalha, produz e paga.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Vossa Excelência me permite um aparte?

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Com o maior prazer.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Deputado Zé Teixeira, estou ouvindo com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência, que considero oportuno e importante. Aliás, faço isso porque tenho andado muito pelo interior e estou sentindo, de fato, essa situação do corte de 50% do Fundersul, em função de que esses 50% voltaram para a Fonte Zero, que era a cota do combustível. Isso tem causado um enorme desgaste para o governo Riedel. E, pior de tudo, aumenta a sensação, no meio das pessoas, de que o Governo começa a enfrentar uma falência financeira, dificuldades enormes de caixa, até porque está usando de todo esse artifício. Portanto, o pronunciamento de Vossa Excelência é importante. Eu acho que o Governo deveria, de forma mais peremptória e contundente, desmentir — se for o caso — a crise financeira que o estado vive. Porque a sensação que passa para a sociedade sul-mato-grossense é de que, de fato, as coisas começam a “bater água” e há risco de insolvência por parte da administração estadual. Obrigado, senhor deputado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Concordo com Vossa Excelência e incorporo. Quero dizer que o município não perdeu um centavo. Só que, agora, esse 1% do diesel está entrando no ICMS, os mesmos 25% que receberia do Fundersul. Então, não tem desculpa. As estradas municipais, deputado Junior Mochi, sempre foram responsabilidade dos municípios; sempre tiveram aparelhamento, máquinas. Inclusive, quantas e quantas patrulas a bancada federal — do Senado, dos deputados — trouxe para o estado, e o Estado distribuiu aos municípios. Então, os municípios têm que separar uma parte do ICMS e investir naquele setor que trabalha, produz e paga imposto, para que tenha o percentual pela arrecadação do Estado e pela movimentação econômica de cada município que recebe esse percentual distribuído. Porque não cabe aos municípios dizer: “Eu não posso fazer a

ponte porque não estou recebendo dinheiro do Fundersul.” Isso não procede. O dinheiro foi tirado de um lugar e colocado em outro, mas está sendo repassado do mesmo jeito. Agora estão arrumando desculpas. Quero lembrar que, quando foi no governo do meu querido Zeca, colocaram na lei que poderia recapear, usar o dinheiro para o asfalto nos municípios. Agora eu lhe pergunto: qual é o dinheiro do Fundersul que existe hoje para recapear? Zero. Porque o dinheiro que os municípios recebem mal dá para comprar óleo diesel para colocar nas máquinas e atender o setor produtivo. Municípios grandes, como Campo Grande e Porto Murtinho, que têm localidades em que da sede até a divisa do município são duzentos quilômetros. O que quero dizer é que o Governo não tirou um centavo de nenhum município, não desviou um centavo do Fundersul. Simplesmente deixou de colocar os 25% do Fundersul, do combustível, e transferiu para 1% do ICMS. Trocou seis por meia dúzia, sem atrapalhar nenhum município. Era apenas isso que eu queria explicar: não há desculpa para ficar dizendo que o Governo cortou parte do Fundersul, porque isso não procede. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Quero registrar e agradecer a presença do senhor César Moretti, vereador do município de Paranaíba. Consulto o senhor segundo-secretário se há quórum para deliberação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente!

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um deputados e deputadas presentes. Há quórum para deliberação.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos à **ORDEM DO DIA**. Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, quero mais uma vez insistir: o pronunciamento do deputado Zé Teixeira foi oportuno, importante, porque esclarece uma situação que é dramática. Quero reforçar a importância, deputado Zé Teixeira, do pronunciamento de Vossa Excelência e solicitar às lideranças do Governo — está aqui o deputado Londres Machado e o deputado Caravina —, que a bancada do Governo, faça um pronunciamento mais contundente, mostrando que, de fato, é preocupante a situação financeira. O que sinto ao andar pelo estado com as lideranças é que o estado vive uma situação pré-falimentar. Sabem o que é pré-falimentar? O estado vai se tornar insolvente, não vai pagar conta, corre o risco de não pagar salário. O deputado Zé Teixeira fez um pronunciamento importante, elogiável, e acho que a bancada do governo tem que ser mais contundente e esclarecer essa situação. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só para registrar, deputado: como não há questão de ordem na fala de Vossa Excelência, eu apenas vou responder. Ouvi atentamente a palavra do deputado Zé Teixeira. E o deputado Zé Teixeira esclarece

uma questão da reforma tributária. É importante não ficarmos apenas na retórica, mas falarmos a verdade. A reforma tributária vai impor aos estados que aumentem seu ICMS, porque é através do ICMS que será medido o índice de cada estado no futuro. Quando o governador enviou a lei para esta Casa, retirando parte do ICMS que iria para o Fundersul e mantendo no próprio ICMS, fez isso justamente para evitar que, lá na frente, o Índice de Participação do Estado fosse menor. Portanto, foi uma medida para melhorar o índice do ICMS do Mato Grosso do Sul, e foi votada por esta Casa. Não há dúvida nenhuma! Havendo...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, se for pela ordem... Não vou abrir debate! Não é hora de debate. Por favor...

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem! Inclusive para elogiar o pronunciamento de Vossa Excelência. É isso que quero. Sou cidadão de Mato Grosso do Sul e torço para que nosso estado dê certo. Nós começamos há vinte anos uma revolução, e não dá para voltar, para retroceder. A sensação que é passada para o povo é de que o estado está insolvente. Vossa Excelência começa a esclarecer. Muito obrigado!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 079/2025. Autor: deputado Paulo Duarte. "Altera a ementa, a redação e acrescenta dispositivos na Lei nº 3.903, de 19 de maio de 2010, que obriga as transportadoras e os fornecedores de bens e serviços localizados no Estado de Mato Grosso do Sul a fixar data e turno para a entrega dos produtos ou realização dos serviços aos consumidores". A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu tive a oportunidade de analisar esse projeto. Em segunda discussão — eu não estava aqui em Plenário — fico satisfeito que possamos discuti-lo agora em redação final. Em verdade, senhor presidente, acredito que esse projeto acabará sendo vetado pelo Governo. E não posso deixar de fazer algumas considerações, porque a nossa Comissão de Constituição, Justiça e Redação tem que ter um filtro e uma régua plena para todos os projetos. Veja: não é um ataque, mas uma soma, uma contribuição à nossa CCJR. O contrato de transporte é disciplinado por uma lei que rege situações e normas coordenadas entre pessoas, que é o Código Civil. Ali estão as obrigações alternativas, solidárias, de maneira que, fora desse diploma, não poderíamos ampliar legalmente essas obrigações que já estão disciplinadas no Código Civil. Nem mesmo emprestando a competência que temos pelo Código de Defesa

do Consumidor, que é uma competência complementar. Então, veja: nós podemos disciplinar o consumo, mas o contrato e a operação de transporte, a meu ver, não. E quanto ao mérito, senhor presidente, o projeto estabelece horário programado para que as empresas de transporte tenham que entregar. Mas perceba: como vamos lidar com o Mercado Livre, a Amazon e outras grandes empresas, que fazem cadastros diferentes no mesmo bairro, no mesmo endereço, de acordo com a escolha do consumidor? Um consumidor quer a entrega pela manhã e outro pela tarde. Nesse caso, a empresa terá um gasto e um custo adicionais, porque vai ao mesmo local, no mesmo endereço, mas, como não estava cadastrado e programado, não pode entregar tudo de uma vez e precisa retornar uma segunda vez para realizar a entrega. A meu ver, isso também interfere na questão do artigo 170 da Constituição Federal, que prestigia a livre iniciativa sobre as operações de comércio. Quem deve classificar, categorizar, premiar ou regulamentar é o consumidor — comprando ou não daquela transportadora — e não o Estado intervindo na atividade econômica dela. Isso está no artigo 1º e no artigo 170 da Constituição. Portanto, deixo registrado aqui meu voto contrário. Mas acredito que as transportadoras, que têm bom relacionamento com o Governo, saberão na hora adequada fazer prevalecer esse voto contrário. Assim, voto contra esse projeto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o autor, deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, ontem Vossa Excelência conversou comigo, e esclareci a Vossa Excelência que já existem leis muito mais abrangentes, até com condições maiores que as do meu projeto. Cito aqui o caso da lei de São Paulo, não é? Ela trata exatamente do que Vossa Excelência conversou comigo ontem, desses casos que hoje estão crescendo muito. A lei de São Paulo, aprovada em 2023, foi um projeto da Assembleia Legislativa daquele estado, sancionado pelo governador. Essa lei trata exatamente das entregas no caso do comércio à distância ou não presencial, ou seja, as compras feitas pela internet. Nela, fica claramente consignado que as empresas têm a obrigação de fixar o horário de entrega — mas não no horário escolhido pelo consumidor. Quem define o horário é a empresa ou a transportadora. Às vezes, as pessoas não leem o projeto e acabam falando bobagens. Então, fica claro: o horário é aquele definido pela empresa ou a transportadora decidir. E outro detalhe: no ano passado, presidente, saiu uma matéria em um site, informando que foram oitocentas compras não entregues aqui em Mato Grosso do Sul. Então, essa é uma demanda, e o Direito do Consumidor é de competência concorrente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Só um registro: acho que a fala do deputado não é para desprezar. Eu mesmo tive dúvidas. Talvez estejamos errados, pois a discussão deveria ter sido na primeira votação, já que é um aspecto constitucional.

Quero deixar claro: o deputado Paulo Duarte tem razão quanto a um ponto — não é o consumidor quem escolhe o horário, mas ainda mantenho algumas dúvidas.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Primeiro, quero parabenizar o deputado Paulo Duarte pela explanação e, em seguida, fazer uma defesa da Comissão de Constituição, Justiça e Redação. É um órgão colegiado. Esse projeto foi analisado pela comissão e aprovado por unanimidade. É lógico que os projetos são analisados e suscitam dúvidas, e a CCJR tem justamente esse papel: fazer a análise jurídica. Nesse caso, prevaleceu o entendimento de que o Direito do Consumidor é de competência concorrente entre o Estado e a União e que, portanto, não há violação da Constituição, como havia sido apresentado pelo deputado João Henrique. Assim, foi aprovado pelo colegiado por cinco votos, com base no que foi discutido e debatido.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação o Item 1.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Outro ponto que não abordei aqui, mas que levanto, além dos questionamentos de mérito e legalidade — até porque o Regimento nos autoriza, por questão de ordem, a debater e discutir a qualquer momento —, é a inconstitucionalidade relativa à ausência de estudo de impacto financeiro com a mudança. Quantos caminhões a mais precisariam ser contratados para efetivar as entregas dessa forma? Quantos empregados? Quantos funcionários? Isso aumentaria o custo da logística dessas entregas de carga no Estado de Mato Grosso do Sul? Portanto, a meu ver, é um projeto que não merece ser aprovado. Com todo respeito ao colega, são discussões técnicas, ideológicas e de convicção individual. Mas acredito que a Constituição Federal prestigia a livre iniciativa das operações comerciais. Isso deve ficar a cargo das empresas, cabendo ao consumidor avaliar sua satisfação ou não. Então, votarei contra.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Declaração de voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declaração de voto, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, diante do debate colocado aqui, quero destacar alguns pontos. Primeiro: quando uma pessoa faz uma compra pela internet, não aparece a opção de escolher qual transportadora fará a entrega. Ou seja, o consumidor não tem esse direito. Ele escolhe o produto na loja, mas a transportadora é definida pela empresa onde ele comprou. Segundo: eu mesma já passei por isso. Fiz uma compra e só fui informada de que o produto havia sido devolvido depois, porque eu não estava em casa e sequer sabia o horário da entrega. Por isso, acredito que a empresa assumir a responsabilidade de informar e garantir o horário de entrega é fundamental. Quero, portanto, votar a favor desse projeto e reforçar que ele é importante para o consumidor, para a segurança de quem está comprando. Caso contrário, as compras pela internet podem se tornar um prejuízo para o consumidor. É isso. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em votação, senhores deputados.

Projeto nº 0079/2025, de autoria do deputado Paulo Duarte.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, só quero fazer um comentário. Acho que quem não quer muito problema com esse tipo de entrega vai até a loja, compra o produto, coloca no carro e leva para casa. Assim não há problema. Foram dezesseis votos favoráveis e um voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 005/2025. Autor: Poder Executivo. Projeto com acordo de liderança. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 93, de 5 de novembro de 2001, que institui o Programa Estadual de Fomento à Industrialização, ao Trabalho, ao Emprego e à Renda (MS-Empreendedor)". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem ou para discutir?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu queria formular uma questão de ordem sobre a deliberação desse projeto.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu queria formular uma questão de ordem, que apresentarei por escrito a Vossa Excelência, sobre um questionamento quanto

à ausência de recomendação e encaminhamento desse Projeto de Lei Complementar nº 005/2025, de autoria do Poder Executivo, à Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária desta Casa. Apesar do evidente impacto orçamentário, financeiro e fiscal da proposta, uma vez que trata diretamente de renúncia de receita por meio de incentivos fiscais e de compensação ao erário público, o projeto não foi encaminhado à Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária, contrariando, dessa forma, o artigo 46 — que estabelece a competência de cada comissão —, inciso VIII : a) examinar e emitir parecer sobre planos e programas estaduais, regionais e setoriais, bem como exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária; b) exercer o acompanhamento e a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial e demais atribuições legais da comissão. Portanto, a não remessa do projeto à Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária configura, a nosso ver, violação ao devido processo legislativo e à própria sistemática de controle e fiscalização desta Casa. O artigo 186, inciso II, alínea “c”, estabelece que a distribuição de matérias às comissões será feita por despacho, cumprida a pauta, observadas as seguintes normas: inciso II, alínea “c”, “às demais comissões — excetuados os casos previstos no Regimento — quando a matéria de sua competência estiver relacionada com o mérito da proposição. Sendo assim, solicito: a) que esta Presidência se pronuncie expressamente quanto à omissão no encaminhamento do projeto à referida Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária, nos termos regimentais; b) que seja reconhecida, no caso concreto, a competência regimental clara dessa comissão para apreciação do referido projeto, determinando-se seu imediato encaminhamento para análise e emissão do competente parecer; c) que conste em ata esta questão de ordem, e que novos projetos correlacionados a essa matéria sejam encaminhados à referida comissão. Essa é a questão de ordem. Vou entregá-la por escrito a Vossa Excelência para decisão.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Faço questão de antecipar a resposta. Primeiro, deputado, impacto orçamentário não tem renúncia de receita no projeto. Segundo: o que está em discussão é a constitucionalidade. Encerrada essa votação, o projeto será encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento, e não à Comissão de Acompanhamento Orçamentário. Não se trata de acompanhamento, trata-se de finanças. Pode encaminhar por escrito, mas, de plano, desde já, registro a resposta a Vossa Excelência. Pode fazer por escrito.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSB) — Inclusive para esclarecer para o deputado João Henrique que o projeto está calendarizado, e eu, como presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, vou fazer a análise desse tema hoje à tarde, depois de ele ter passado aqui.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Ainda em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Para declarar o voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar voto, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Esclarecendo aos novos colegas. Como Vossa Excelência disse: esse projeto não tem absolutamente nada de renúncia de receita. Pelo contrário: se a empresa descumprir o contrato, terá que pagar o valor com alíquota adicional de 13%. Portanto, não há renúncia de receita.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Para justificar, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, votei favoravelmente, na primeira votação, quanto à constitucionalidade do projeto, mas sem compromisso com relação ao mérito. Vamos analisar o mérito com mais atenção. Eu até tinha a intenção de pedir vista, mas como está em acordo de lideranças, vamos aprofundar essa análise na segunda votação. Quanto à constitucionalidade, votamos favoravelmente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Para justificar meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para justificar o voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu votei no painel. O voto já está favorável da minha parte, acompanhando, evidentemente, a votação e a Governo do Estado, no sentido de alavancar um novo momento, retomar o desenvolvimento, sair da paralisia e dessa situação constrangedora e preocupante de uma suposta e provável falência financeira. Obrigado, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Para declarar o voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para declarar voto, o deputado João Henrique

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, é evidente que estamos em primeira votação, e temos acompanhado como funciona a renúncia de receita no Estado. Sempre que há investigação — ainda que mínima — começam a surgir

cobranças, achaques e negociatas em torno dos incentivos fiscais. O curioso é que, justamente quando se projeta que o incentivo, que antes era de quatro bilhões, passe para onze e chegue a treze bilhões de reais até 2028, cria-se um fundo com a previsão de um percentual de 13% para as empresas, condicionando que, caso essa contribuição não seja paga, o benefício fiscal será suspenso. Isso é quase uma chantagem legalizada: cria-se um fundo novo, com uma contribuição imposta, quando, na verdade, a defesa de quem sustenta a reforma fiscal sempre foi a extinção definitiva de qualquer tipo de fundo. Uma barbaridade! Mas segue lá, vamos votar e vamos discutir o mérito na hora que vier o mérito. Vou votar contra, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com compromisso da lealdade ao texto, não há criação de fundo, e conforme pedido de Vossa Excelência, se a empresa não cumpre o acordo de benefício fiscal, ela vai ter que pagar mais. E, conforme Vossa Excelência está pedindo — há tempo — para diminuir o incentivo fiscal, é o que esse projeto faz: ele diminui o incentivo fiscal. Eu queria que Vossa Excelência prestasse atenção só nesse item.

Projeto de Lei nº 005/2025, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação.
Consulta o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São dezessete
votos favoráveis e um contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda
discussão. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Item 3. Em primeira
discussão e votação nominal. Projeto de Lei Complementar nº 237/2025. Autor: Poder
Executivo. Por acordo de lideranças. "Dispõe sobre o desconto para o pagamento, em
parcela única, do crédito tributário relativo ao imposto de que trata o artigo 121, da Lei nº
1.810, de 22 de dezembro de 1997 (ITCD), nas doações de quaisquer bens e direito, no
período e nos termos que menciona". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação
emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte.
Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem,
o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, eu estou vendo esse projeto do Poder Executivo aqui e não poderia deixar de fazer a leitura, já que quem aumentou esse imposto no Estado de Mato Grosso do Sul foi o PSDB. Mas, está dizendo que o pagamento — no período compreendido entre a data da publicação da lei, em parcela única do crédito tributário relativo ao imposto que trata o artigo 121, que é o ITCD, incidente sobre doações de bens e direitos, incluídas multas e demais acréscimos legais — terá desconto de 30%. Então, veja: o Governo do Estado que agora recebe a PEC dos precatórios, que desonerou e desobrigou o estado de pagar os precatórios e deu uma certa carência para que o estado fizesse artificialmente o recolhimento do décimo terceiro antecipado, para dizer "não, agora o estado está bem; os prefeitos, esses atrasos, os fornecedores, já que nós pagamos a folha, aí o estado voltou a 'melhorar das pernas'". Então, veja: agora, já que aumentou o imposto, já que está mal, quem me der em parcela única aquilo que eu estava perseguindo, fiscalizando, colocando como devedor contumaz, vai receber 30% de desconto sobre as multas e tudo mais. Então...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Deputado João Henrique, por favor, o senhor está discutindo um projeto, mas já passou a fase. Nós estamos em votação.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu estou declarando meu voto, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O senhor pediu para declarar o voto?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pedi. O senhor não ouviu?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então o senhor pode puxar a fita que o senhor vai ver.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Vossa Excelência não falou "declaração de voto". Vossa Excelência falou "pela ordem". Só isso.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, para declarar meu voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declarar. Então, estamos ouvindo sua declaração de voto.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Até quanto dá o desconto Vossa Excelência quer discutir. Certo?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu quero justificar, senhor presidente, que a sanha fiscal, a maneira que o Estado está adotando, está errada. E se não estivesse precisando, o Estado não faria o que está fazendo. Eu voto todas as pautas a favor de redução de tributo, só que acho importante a gente fazer essa reflexão, porque o Governo tem tentado desconstruir esse discurso que ele próprio construiu e no qual se afundou, dentro do contingenciamento. Então, isso está evidenciando nitidamente que o intuito é arrecadatário, não é ajudar e contribuir com ninguém, não. Mas vou votar favorável, senhor presidente.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Senhor presidente, apenas para esclarecer: quem define a alíquota mínima e máxima é o Senado Federal. A alíquota do ITCD, mínima, é 2% e a máxima é 8%, fixada pelo Senado Federal. Aqui no estado, ela é 3% e 6%, sendo 3% para doação e 6% para causa mortis. Um detalhe importante: por que — se aprovado — eu sugiro que esse projeto seja amplamente divulgado? Porque existe uma lei complementar aprovada pelo Congresso que, a partir do ano que vem, obrigará os estados a estabelecer sua progressividade para o ITCMD. Portanto, será no ano que vem que vai aumentar, mas por conta da reforma tributária. Por isso, a importância desse projeto, em que aquele que fizer a doação nesse período, de setembro até o dia 30 de dezembro, terá uma redução de 30%. A partir do ano que vem, o imposto será progressivo: quanto maior for a doação, maior será a alíquota. A alíquota mínima fixada pelo Senado é 2%, e a máxima é 8%. Portanto, pode chegar até 8% no próximo ano. Por isso, a importância desse projeto neste ano, para quem tem doações a serem feitas.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Como vota, senhor deputado? Vossa Excelência fez declaração de voto. Votou sim? Perfeitamente. Obrigado.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Questão de ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para questão de ordem, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — O que está acontecendo com esse projeto? Todo dia, o Partido dos Trabalhadores fala em taxaÇÃO de fortunas, sempre defendendo aumentos, mas ninguém comenta os impactos disso. O que está acontecendo aqui é exatamente isso. Antes de eu assumir o mandato, a alíquota era 2% + 2%. Durante o mandato, houve uma proposta para aumentar para 4% + 4%, mas eu não concordei e

pedi para reduzir para 3% + 3%. Além disso, algumas pessoas argumentam de forma confusa, mas veja: se eu quiser doar algo para o meu filho, hoje, acabo pagando 30% em impostos. Por isso, ao invés de doar o bem diretamente, eu prefiro dar o dinheiro para que ele mesmo compre. Não há necessidade de discutirmos um projeto nesse sentido. Era apenas essa a minha colocação.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, para justificar o voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para justificativa de voto, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Senhor presidente, Vossa Excelência pode perceber que votei sim. E quantas vezes for necessário, vou votar sim para contribuir, de forma que o estado saia mais rapidamente da situação falimentar. Eu vou votar favoravelmente, senhor presidente, até porque acho que o ITCD tinha que aumentar para 8%. É urgente, senhor presidente, que o Estado volte a repassar para os hospitais o dinheiro da saúde e também repassar à UEMS o dinheiro que não está repassando devido à insolvência e à dificuldade financeira. O que eu puder fazer para ajudar, como deputado, como cidadão sul-mato-grossense e como ex-governador, junto com deputado Pedro Kemp — tenho certeza de que ele tem o mesmo gesto de solidariedade —, farei. O estado precisa superar essa fase terrível de falta de dinheiro e voltar a progredir, como fizemos há vinte anos. Obrigado, senhor presidente.

Projeto de Lei Complementar nº 237/2025, de autoria do Poder Executivo.
(Acordo de líderes)

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 4. Retirado de pauta. Item 5. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 016/2025. Autor: deputado Paulo Corrêa. "Concede o Título de Cidadão Sul-mato-grossense a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 016/2025, de autoria do deputado Paulo Corrêa.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto que concede o Título de Cidadã Sul-Mato-Grossense à senhora Vali Joana Pott". Vai ao Expediente. Agradeço a votação dos ilustres pares. Item 6. Em discussão única. Projeto de Resolução nº 026/2025. Autor: deputado Caravina. "Concede a Comenda de Mérito Legislativo a quem especifica". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Paulo Duarte. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a ilustre deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, enquanto o pessoal vota, eu gostaria de pedir para que fosse retirado de pauta o meu requerimento que está em ordem de votação hoje. É o Requerimento nº 3423/2025.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pode me citar só o item? Fica mais fácil para procurar.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — É um requerimento que foi enviado à secretária Viviane, com cópias para a subsecretária Manuela Nicodemos. É sobre o Programa Dignidade Menstrual.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ele está no Item 9 da Ordem do Dia.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — OK. Está no Item 8!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente! Retirado de pauta. Em votação.

Projeto de Lei nº 026/2025, de autoria do deputado Caravina.

Presidente — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Primeiro-secretário — deputado Renato Câmara (MDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Solicito o resultado ao senhor segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são dezessete votos favoráveis e nenhum contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado o projeto que concede a comenda ao senhor Rotterdam Pereira Guimarães. Vai ao Expediente. Item 7. Retirado de pauta. Item 8. Em discussão única e votação simbólica.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu queria pedir destaque para votação nominal dos Requerimentos nºs 02641/2025, 03130/2025 e 03131/2025.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — São os Itens 1, 2 e 3.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Isso!

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente! Eu, de novo aqui!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Calma lá! Calma lá!

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — OK!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pela ordem, a deputada Gleice Jane, por ser preferencial.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Obrigada, presidente. Só para esclarecer, que na verdade é Item 9, dentro do Item 8 da Ordem do Dia.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. Item 9 retirado de pauta. OK! Pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Presidente, quero solicitar a retirada de pauta do Item 8, os números 01, 02 e 03, Protocolos nº 2641, 3130 e 3131.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — O senhor está retirando de pauta?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim, de pauta.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Por solicitação do autor.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Por solicitação do autor, foi retirado de pauta. Deputado Caravina, os Itens 1, 2 e 3, que Vossa Excelência pediu destaque, foram retirados pelo autor.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu tinha pedido antes o destaque por votação nominal. Então vai retirar novamente?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Já retirou de pauta. Item 9. Retirado de pauta.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, questão de ordem. Pelo fato de eu ter feito o pedido antes do destaque nominal, não teria que entrar em pauta? É uma dúvida.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não. O autor tem preferência, deputado. Conforme o nosso Regimento Interno, o autor tem preferência, se desejar retirar de pauta. Então, os Itens 1, 2 e 3, e o Item 9 foram retirados da votação. Ficam para votação seis requerimentos, vinte e nove indicações e doze moções de congratulação. Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero apenas para registrar o voto contrário ao Item 8, o nº 4; no Item 9, a moção de congratulação nº 1 e ainda no Item 9, o nº 12, presidente. Confere?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Foi retirado de pauta, deputado...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então, perfeito...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — A deputada Gleice Jane retirou de pauta o Item 9. Retirando os itens 1, 2, 3 e 9, nós estamos votando só cinco requerimentos. OK?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu não sei se...

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Cinco requerimentos...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Moção de congratulação, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ah! Esperem. Nós estamos votando em bloco. Vossa Excelência quer fazer algum comentário?

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quero votar... Como estamos votando em bloco, eu tenho que destacar o voto, para não destacar a votação.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então, só registre o voto contrário onde eu consignei.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Então, se Vossa Excelência puder dizer... Eu tinha entendido que eram os requerimentos.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Moção de congratulação: o item 1, o item 12 e o item 8 — acho que foi retirado —, mas era o item 4. É isso?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Não sei. Vossa Excelência é que está dizendo. O destaque é seu.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Então, o item 8 eu voto contrário — subitem 4.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Eu não sei o que é esse item 8 que Vossa Excelência está falando. Então, vamos embora. Vamos votar diferente para não haver dúvida. Primeiro, cinco requerimentos, porque foram retirados os itens 1, 2, 3 e 9. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam permaneçam...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Espere aí, presidente!

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — As indicações...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Quanto ao requerimento, eu registrei voto contrário o item 4. É isso?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Sim. Você pode...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Perfeito.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — ...qual você quiser. Mas não tem destaque. Perfeitamente, Vossa Excelência votou contrário ao item 4. Agora nós vamos para as vinte e nove indicações. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Aí, nas indicações, Vossa Excelência fez... Na moção de congratulação, os itens 1 e 12. É isso? OK. Vossa Excelência está fazendo esse registro? Eu já vou colocar em votação agora.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Registro o voto contrário aos itens 1 e 12.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Está registrado o voto contrário. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas, com voto contrário do deputado João Henrique. Moções de pesar. Moções de pesar, proposta pelo deputado Pedrossian Neto, em razão do falecimento do senhor Aldivino Flávio de Macedo. Moção de pesar, proposta pelo deputado Paulo Duarte, em razão do falecimento do senhor André Luiz Monteiro Aguirres. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência disporá de dez minutos, nobre deputado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu queria retomar aqui um comentário feito no microfone de aparte pelo deputado Junior Mochi, sobre as votações que aconteceram ontem na Câmara dos Deputados. Eu penso que a Câmara dos Deputados está se superando a cada dia, brincando com a boa vontade do povo brasileiro, e tem agredido a população em algumas proposituras, em algumas votações que acontecem. Ontem, foi aprovada a chamada “PEC da Bandidagem”. É uma vergonha o que a Câmara dos Deputados aprovou, na calada da noite, uma PEC para proteger bandidos que têm mandato parlamentar. Assim, aqueles deputados que cometem crimes, que são acusados de crimes e que seriam processados pelo Supremo Tribunal Federal, vão ter que passar pela aprovação da Câmara dos Deputados, ou seja, a própria Câmara vai dizer se o deputado será processado ou não. Esta PEC, na verdade, abre caminho para o crime organizado se proteger. Buscando mandato parlamentar, o indivíduo estará na Câmara como deputado e, acusado de um crime, a Câmara pode livrar a pele desse deputado. Eu acho isso uma vergonha, uma afronta, uma situação que merece o repúdio da sociedade. Essa PEC vai para o Senado, e eu espero que o Senado não aprove isso, porque é um retrocesso na legislação brasileira. Mas o pior de tudo é que eles colocaram na PEC que a votação seria secreta. Parece que, depois, na segunda caiu, mas a intenção era votar para livrar a pele dos bandidos na Câmara e ainda se esconder por trás do voto secreto, sem permitir que a população saiba quem votou contra ou a favor. Mais ainda: uma outra excrescência, deputada Gleice Jane, foi a inclusão nessa PEC também dos presidentes de partidos, pessoas que não têm mandato parlamentar, mas que também estariam abrigadas por essa PEC e só poderiam ser processadas se houvesse autorização da Câmara. Presidente de partido passaria a ter foro privilegiado. É um absurdo! Eu vi, ontem à noite, entrevistas de deputados. Eles não têm vergonha na cara de falar que é uma “PEC das prerrogativas”, como se fosse para proteger o mandato do deputado eleito pela população e que não pode ser perseguido. Quer dizer, o deputado teria a prerrogativa de não responder pelos crimes que pratica. É um absurdo o que foi votado pela Câmara ontem. Além do mais, deputada, ontem também a líder da minoria bolsonarista, lá do PL, renunciou à liderança da minoria e passou a liderança para o Eduardo Bolsonaro, para livrá-lo da cassação do mandato por faltas, porque o líder pode faltar e não ter suas faltas contadas. Então, esse senhor que está foragido nos Estados Unidos, conspirando contra o Brasil, fazendo de tudo para que o governo americano

prejudique a economia do Brasil, prejudique e intervenha na nossa soberania, agora virou líder da minoria, tem o seu mandato preservado, porque as faltas seriam justificadas, e continua lá nos Estados Unidos exercendo o mandato contra o Brasil. É outra pouca vergonha que aconteceu ontem na Câmara. E, agora, para completar, eles estão articulando o regime de urgência para votar anistia. Então, eu penso que a população tem que reagir. Parece que não há outro assunto mais importante no Brasil a não ser livrar a pele dos bolsonaristas. Eu acho que votar o fim da escala 6x1 não é prioridade. Votar a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até cinco mil reais, para eles, não significa nada. Votar a taxação dos super-ricos, para eles, não é importante. O que é importante? Anistia! Só falam nisso, só se preocupam com isso e só querem livrar a cara do Bolsonaro e dos seus seguidores, deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Deputado, quero aqui compartilhar da sua indignação. Também fiquei muito indignada vendo o projeto sendo votado e ouvindo, inclusive, como ele foi se construindo no decorrer da votação, com os pedidos de destaque, com propostas que não estavam presentes, como, por exemplo, o voto secreto, na tentativa de implementar e dificultar mais ainda a segurança pública de intervir sobre os processos dos crimes. Acho, realmente, que esse projeto é extremamente perigoso para o País, é um projeto muito arriscado, porque coloca todo o sistema político em situação de submissão ao crime organizado. O que nós vamos ver hoje, a partir de agora, com esse PL, é o crime organizado se infiltrando cada vez mais. Nós já temos várias situações de crime organizado elegendo pessoas infiltradas dentro da política, mas esse movimento está muito alinhado a essa organização criminosas que utiliza os espaços de foro privilegiado da política para permanecer ileso e cometendo seus crimes. O que aprovaram ontem é: a pessoa pode roubar, pode ser corrupta, pode matar, pode ser traficante, pode ser o que quiser; só será presa se o seu colega deputado também colaborar. E aí nós podemos ter, dentro do espaço da política, uma guerra, um espaço de disputas entre o crime organizado, e não necessariamente sobre a política e os interesses da população. Acho que ontem o que foi aprovado é gravíssimo, é de uma gravidade muito grande. A população realmente tem que se manifestar, tem que compreender esse processo, e nós vamos ter que traduzir isso para a população. Ontem, inclusive, teve um deputado que disse lá: “O deputado vai ser preso, sim.” Como se fosse muito natural... “desde que os colegas aceitem”. A gente sabe que se eleger não é um processo fácil; a gente sabe que quem tem poder econômico se elege mais facilmente, pois é assim que funciona na política. E, se tivermos dentro desse poder econômico pessoas que não estão preocupadas com a população, é isso que nós vamos ter de agora em diante. Então, é uma PEC extremamente preocupante, que coloca em risco a democracia no País. E não só a democracia, porque nós enfrentamos, na semana passada, com a decisão do STF, o recado: “Olha, aqui neste País tem regras”. O STF deixou claro: há Constituição, há leis que protegem a democracia. E a resposta dessa direita e da extrema-direita foi dizer: “As regras quem faz somos nós e nós vamos permitir qualquer um aqui”. Então, eu acho que precisamos traduzir isso realmente para a população. A população precisa saber quem é que está do lado do crime, dos criminosos, porque é isso que eles apresentaram. A “PEC da blindagem”, na verdade, é a “PEC da bandidagem”, porque é isso que vai acontecer se o Senado também aceitar. Nós vamos ter que fazer uma

grande mobilização para impedir que isso aconteça. Parabéns pelo debate! Obrigada pelo aparte.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado pelo aparte, deputada Gleice Jane. E, para encerrar, senhor presidente, eu queria dizer que, neste um minuto, eu vim aqui hoje para manifestar minha indignação. Ontem, estava assistindo ao noticiário, acompanhando as manifestações dos deputados, e realmente é de nos indignar e de nos envergonhar, a preocupação daqueles senhores em salvar a pele de bandidos, em vez de votar projetos tão importantes que precisam ser votados — mas não são prioridades para eles. Então fica aqui o registro da nossa indignação. Espero que o Senado barre essa excrecência aprovada ontem na Câmara dos Deputados. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai encerrar a Sessão. Está encerrada. Obrigado, senhores deputados e senhoras deputadas (11h53min).